

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE-----

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um reuniu, pelas vinte e uma horas, no Auditório Municipal António Chainho e por videoconferência, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

- 1. Expediente**-----
- 2. Ata**-----
- 3. Apreciação da informação da Câmara Municipal e ratificação da renovação e aditamento às medidas extraordinárias e de carácter urgente, para apoio social e económico no combate à pandemia pela doença COVID-19.** -----
- 4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
 - a) **Compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso, existentes a 31 de dezembro de 2020 – Dar conhecimento;** -----
 - b) **Alteração de compromissos plurianuais – Empreitada de Qualificação e Valorização da Área de Acolhimento Empresarial de Santo André;** -----
 - c) **Alteração de compromissos plurianuais – Empreitada de reconstrução do edifício do Cinema de Alvalade;** -----
 - d) **Alteração de compromissos plurianuais – Empreitada de reconstrução do edifício do Cineteatro de Ermidas Sado;** -----
 - e) **Mapa de Fluxos de Caixa;** -----
 - f) **Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de 2021 a 2025;** -----
 - g) **Primeira Revisão às GOPs (PPI e AMRs) de 2021 a 2025;** -----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, Ricardo Jorge da Cruz, António Albino e Hélder da Silva Pereira. -----

Assistiram à distância os membros: Raquel Louro Vieira Correia, Manuel Botelho Mourão, Rosa Maria Vaz Teixeira de Almeida, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Teresa Pereira Machado Branco, Francisco Alfeirão Rodrigues, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, da Senhora Vereadora Maria Margarida Costa Rosa Cardoso dos Santos e dos Senhores Vereadores Albano Joaquim Mestre Pereira, Óscar Domingues Ramos e Luis Filipe dos Santos. -----

Não compareceram os membros: Maria Emília Batista de Almeida. -----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

DIA INTERNACIONAL DA MULHER – 8 DE MARÇO-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes informou que, para assinalar esta data, as mulheres presentes na Assembleia Municipal iam dizer algumas frases e poemas alusivos à Mulher, de diferentes autores, as quais a seguir se transcrevem: -----

“ Nunca as mulheres são tão fortes do que quando se armam com as suas fraquezas.”-----

“ Mulher forte é firme sem perder a ternura. Vai à luta sem perder a classe. Vence sem precisar pisar ninguém.”-----

“ Uma mulher forte é aquela que sempre está pronta para mergulhar de cabeça nos desafios de qualquer natureza.”-----

“ Ser Mulher é acreditar e lutar cada dia, cada hora, cada segundo para que um dia haja igualdade e direitos entre Homens e Mulheres.”-----

“ E, depois de tudo, ainda resta uma mulher forte, com muita fé, coragem, determinada e, por natureza, muito feliz por tudo o que viveu!”-----

“ Resiliência’ são qualidades de mulheres fortes e guerreiras. Podemos nos dobrar, mas o LEVANTAR faz parte de nós.”-----

“ Mulher ... considerada frágil como uma flor, porém forte como um gigante.”-----

“ Ser mulher é ter coragem.”-----

“ Além da infinidade de tarefas e responsabilidades, a luta por igualdade, saúde e segurança reforça que ser mulher é ser forte por natureza.”-----

“ Sejam boas e honestas, generosas e, acima de tudo, inteligentemente mulheres.”-----

“ A vida não é apenas força, direito e justiça. A vida também é sentimento e amor.”-----

“ O patriarcado é um juiz que nos julga por nascer/ e o nosso castigo é a violência que não vês.-----

É feminicídio.-----

Impunidade para o seu assassino.-----

É o desaparecimento.-----

É a violação.-----

**E a culpa não era minha,-----
Nem de onde estava nem do que vestia.-----
O violador eras tu.” -----**

**“ A mulher não é só casa -----
mulher-loiça mulher-cama-----
ela é também mulher-asa,-----
mulher-força mulher-chama -----**

...

**Desde que as coisas se tornem-----
naquilo que a gente quer -----
é igual dizer meu homem -----
ou dizer minha mulher” -----**

CENTRO DE SAÚDE DE SANTO ANDRÉ – OBRAS A REALIZAR -----

Interveio o Senhor David Gorgulho, eleito da CDU, começando por apresentar uma saudação especial a todas as mulheres e em particular às mulheres presentes, pela forma original, sentida e bonita como assinalaram o Dia Internacional da Mulher nesta Assembleia Municipal.-----

Saudou também a Mesa da Assembleia pela forma como se conseguiu adaptar à contingência da pandemia na realização desta Assembleia Municipal, no formato presencial e à distância. -----

Relativamente ao assunto em epígrafe, referiu que no último trimestre do ano transato a Junta de Freguesia de Santo André tinha recebido uma delegação da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA, a qual informou que estava previsto avançar com as obras no Centro de Saúde daquela Cidade, em fevereiro de dois mil e vinte e um, sendo que estamos no final do mês e as mesmas ainda não começaram, pelo que gostaria de saber se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha alguma informação sobre este assunto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha começou por saudar todos os presentes com um cumprimento especial às mulheres. -----

Felicitou também a Assembleia Municipal pela abertura na realização da Sessão da Assembleia à distância.-----

Relativamente à questão colocada pelo Senhor David Gorgulho, informou que numa reunião recente com o novo Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA), este lhe transmitiu que estão previstos investimentos nalguns equipamentos de Saúde no Município, nomeadamente a requalificação do Centro de Saúde de Santo André, para o qual foi dotada uma verba de novecentos mil euros, a qual é mais significativa que aquela que tinha sido apresentada havia cerca de três anos e que se destinava somente a obras de eficiência energética e recuperação da cobertura, para as quais tinha sido apresentada uma candidatura que não se concretizou.

Mais informou que o novo Centro de Saúde da Cidade de Santiago do Cacém que foi considerado como investimento prioritário no programa Alentejo 2020, havia algum tempo, tendo sido reafirmada esta prioridade pelo Governo atual, sendo que o projeto do mesmo ainda não existe. Contudo, segundo informação do Conselho de Administração da ULSLA a sua concretização está prevista para 2026, compreendendo um investimento de 3,7 milhões de euros, estando previsto o lançamento, em breve, do concurso público para elaboração do projeto e o início das obras no próximo ano, o qual será edificado num terreno que foi cedido pelo Município, no ano de dois mil e quinze,

sito junto à Rua Padre Hermano Lima, a poente. Acrescentou que este equipamento já podia estar em vias de conclusão caso não se tivesse perdido a possibilidade da sua candidatura ao programa atrás referido, sendo que o atual Conselho de Administração da ULSLA conseguiu retomar o processo e obter as verbas para a sua concretização.-----
Informou também que, no dia anterior, tinha sido assinado entre o Município e o Conselho de Administração da ULSLA o Protocolo de cedência de terreno para construção do Centro de Saúde de Abela, cuja abertura está prevista, em maio do ano em curso. -----
Informou ainda que estão também previstas intervenções no Centro de Saúde de Cercal do Alentejo e no Centro de Saúde de Ermidas Sado. -----

MOÇÃO SOBRE AS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL DE 1974 -----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, começando por saudar os presentes, com um cumprimento especial às mulheres. -----

Saudou também a abertura demonstrada pela Mesa da Assembleia Municipal, na ligação à distância da Sessão da Assembleia. -----

Apresentou sem seguida a seguinte proposta de Moção, em representação dos eleitos do PS: “**MOÇÃO**-----

Considerando que: -----

1. No dia 25 de abril de 2021, comemora-se o 47º aniversário do 25 de Abril;-----

2. O 25 de Abril significa um Portugal liberto de repressão, censura, prisões e tortura; --

3. Com a revolução de abril encetou-se um caminho audacioso na construção de um País democrático, justo e audacioso; -----

4. A democratização do ensino, a universalidade do direito à saúde, os apoios sociais, as generalizações das pensões de reforma são direitos constitucionalmente consagrados e resultantes da revolução de abril; -----

5. O poder local democrático é, sem dúvida, uma das mais importantes conquistas de abril;-----

6. Ultimamente têm surgido ideias e forças políticas ultramontanas, chauvinistas, xenófobas e racistas que poderão por em causa os valores do 25 de Abril. -----

Por tudo isto, deverá a Assembleia Municipal reunir numa sessão extraordinária no dia 25 de Abril para comemorar abril.-----

A definição da agenda e o formato da reunião competirá à Senhora Presidente da Assembleia Municipal após consultar os representantes locais dos partidos políticos que compõem este órgão. -----

O valor das senhas de presença dos membros da Assembleia Municipal reverterá para as quatro associações de bombeiros do Concelho de Santiago do Cacém.” -----

A Senhora Presidente Paula Lopes colocou a **proposta de Moção** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

REALIZAÇÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL COM FORMATO MISTO – PRESENCIAL E À DISTÂNCIA - SAUDAÇÃO -----

Interveio o Senhor Luis do Ó apresentando cumprimentos a todos os presentes, desejando que todos estejam bem assim como as suas famílias. -----

Acrescentou que gostaria também de felicitar a Senhora Presidente pela realização da Sessão da Assembleia Municipal no formato misto, presencial e à distância, permitindo assim que, nesta situação excecional de pandemia, os eleitos, em regime excecional, devido à COVID 19, também possam participar, assim como aqueles que assistem de

forma presencial, respeitando as normas determinadas pela Direção Geral de Saúde, esperando que este formato possa ser mantido até ao final da pandemia, permitindo assim a participação de todos, o que é positivo para a democracia, considerando que o mais importante no momento que atravessamos é que os eleitos possam dar os seus contributos na Assembleia Municipal.-----

MOÇÃO SOBRE TRANSPORTES PÚBLICOS-----

Pelo Senhor Tiago Lopes da Silva, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte proposta de “MOÇÃO – Transportes Públicos-----

Num período atípico em que se fala de isolamento voluntário com o objetivo de evitar a transmissão do SARS-COV-2, os eleitos do Partido Socialista vêm mais uma vez, alertar para outro isolamento, que é provocado pela redução, e mesmo pela suspensão, das carreiras regulares de transportes público no concelho de Santiago do Cacém.-----

Mais uma vez, neste novo confinamento, muitos dos nossos munícipes se encontram isolados e impedidos das mais básicas deslocações como as casa-trabalho, as idas ao hospital, o levantamento das reformas, o tratamento de assuntos em organismos públicos, a compras de bens alimentares, etc...-----

O PS desde sempre preocupado com a situação alertou para a mesma através de mail dirigido à senhora Presidente da Assembleia Municipal, a qual remeteu ao Senhor Presidente da Câmara, e apesar de não termos obtido resposta, soubemos que algumas carreiras foram sendo repostas, até a do Cercal do Alentejo que ficou para último. No fundo, esta realidade condena-nos como que a uma dupla pandemia.-----

Certo é que o Concelho de Santiago do Cacém e as suas freguesias não têm uma reposta adequada às necessidades, importando por isso a realização de um levantamento das necessidades efetivas e das soluções encontradas, de forma a garantir que ninguém é forçado a resignar-se à dupla pandemia.-----

Conscientes destas situações e destas dificuldades, os eleitos do Partido Socialista reunidos hoje nesta Assembleia Municipal propõem:-----

1. Com vista a reduzir o isolamento das nossas populações, o executivo camarário deve proactivamente alinhar uma solução junto da CIMAL, enquanto entidade responsável pela rede rodoviária e pelos transportes, de forma a colmatar de uma vez por todas as reais necessidades neste particular domínio;-----

2. Seja consequentemente enviada à Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL) a presente moção.”-----

A Senhora Presidente Paula Lopes colocou a **proposta de Moção** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

MOÇÃO SOBRE TRANSMISSÃO ON-LINE DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

Pelo Senhor Tiago Lopes da Silva, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte proposta de “MOÇÃO – Pela transmissão on-line das reuniões plenárias da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém.-----

1. Considerando todas e cada uma das anteriores moções apresentadas pelos membros do PS nesta Assembleia Municipal, uma das quais acolheu a concordância de todas as forças políticas exceto da CDU, em relação à transmissão pela internet das suas reuniões plenárias e também as que demandavam a participação remota dos Deputados municipais;-----

2. Constatando o atual confinamento e as regras restritivas impostas para fazer frente à propagação da Covid 19 nesta sua violenta terceira vaga, que obrigou aliás à realização em modo misto; -----

3. Observando o acelerado processo de digitalização em curso levado a cabo por todo o lado, como se verifica já em concreto num vasto conjunto de reuniões que se adaptaram ao novo normal, como se verifica em inúmeras outras assembleias municipais; -----

4. Constatando a necessidade e a premência de prosseguirmos ao nível concelhio a senda do desenvolvimento digital pelo contrato e pela integração dos nossos munícipes com as novas plataformas de comunicação que nos são colocadas à disposição através do recurso à Internet; -----

5. Tendo presente a necessidade de aproximar efetivamente os eleitos aos eleitores através de atos concretos; -----

6. Conscientes da importância do princípio da transparência e do escrutínio pelas populações do Conselho das deliberações tomadas por esta Assembleia e da forma como as mesmas são adotadas, permitindo o acompanhamento em direto pelos munícipes dos trabalhos e debates desta assembleia municipal; -----

Tendo presente o aforismo de que “a luta continua”, tão proclamados pelos membros da maioria desta assembleia em outros ambientes e contextos, que faz hoje aqui pleno sentido, os membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém submetem de novo à votação a seguinte proposta de deliberação:-----

- Seja agilizado todo o processo visando a instalação rápida dos meios adequados à transmissão on-line das reuniões plenárias da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém.”-----

A Senhora Presidente Paula Lopes colocou a proposta de Moção a discussão.-----

Interveio o senhor Joaquim Gamito, 2º Secretário da AM e eleito da CDU, recordando que já tinha sido apresentada na Assembleia uma moção idêntica que foi rejeitada, acrescentando que o seu sentido de voto não era por estar em desacordo que esta solução venha a ser adotada, mas considerava que a mesma só fazia sentido no caso de não haver espaço para os munícipes estarem presentes com o devido distanciamento social, o que não era o caso, pelo que, se os mesmos não vinham assistir às sessões da Assembleia Municipal era porque não queriam.-----

O Senhor João Alberto Guerreiro, eleito da CDU, referiu que os membros da AM estão neste Órgão Autárquico a representar as populações que os elegeram, pelo que é neste espaço que devem discutir os assuntos, não fazendo sentido de outra forma, a não ser em situações excecionais como a que se vive atualmente. -----

Interveio o Senhor Luis do Ó, referindo que, se tivéssemos intervenção pela internet, os cidadãos podiam estar a assistir, sendo esta a tendência futura e que será nesse sentido que iremos caminhar, considerando que esta era uma oportunidade excelente para a sua concretização. Acrescentou que gostaria de sugerir às várias Forças Políticas que se entendessem sobre este assunto, de forma a que as pessoas em casa possam assistir às sessões da Assembleia Municipal, tendo em conta que os assuntos tratados dizem respeito a todos os cidadãos. Mais considerou que todos teriam a ganhar com esta medida e também a democracia. -----

A Senhora Presidente informou que houve um munícipe que questionou se podia assistir à presente Sessão, o qual foi informado que o podia fazer presencialmente ou à distância, através do Link que lhe seria remetido, sendo que o mesmo não respondeu ao e-mail que lhe foi remetido. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da Palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria**, com dezasseis votos a

contra, das e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro das Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Doze votos a favor, sendo sete, das eleitas e dos eleitos do PS, Senhor/a/e/s Raquel Louro Vieira Correia, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Manuel Botelho Mourão, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz. -----

Quatro, dos eleitos e da eleita da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/es/a Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Francisco Alfeirão Rodrigues e Maria Teresa Machado Branco.-----

Um, da eleita do Bloco de Esquerda, Senhora Rosa Maria Vaz Teixeira de Almeida.” --

VOTO DE PESAR PELAS VITIMAS DA PANDEMIA COVID – 19 -----

Pela Senhora Susana Pádua, em representação dos eleitos do PS, foi apresentado o seguinte “VOTO DE PESAR:-----

Com grande tristeza e enorme consternação temos vindo a assistir à partida, num breve espaço de tempo, de um sem número de conterrâneos nossos, mortes precoces provocadas pela COVID-19. -----

Ao longo dos últimos meses, principalmente em janeiro e fevereiro, muitas famílias do nosso Concelho, foram devastadas, não só pela doença, que causou e continua a causar muitos transtornos, sequelas e sofrimento, mas sobretudo pela morte dos seus entes queridos, particularmente num tempo em que o ritual do luto perdeu o conforto, o abraço dos amigos nas horas mais amargas. -----

Essa impossibilidade de contacto humano de apoio e catarse de sentimentos torna ainda mais dura as ausências verificadas no seio de todas as famílias enlutadas.-----

Nestes tempos de enorme dor, com a pandemia ainda fortemente ativa, embora em declínio, mas pronta a continuar a fazer os seus estragos, manifestamos o nosso mais profundo pesar e as nossas sentidas condolências às famílias e amigos de todos os que pereceram devido a esta terrível pandemia que o mundo enfrenta. -----

Em homenagem à memória dos munícipes falecidos, vítimas da Covid-19, deve ser também cumprido um minuto de silêncio nesta Assembleia Municipal. -----

Este Voto de Pesar é extensivo ao falecimento, recente, do Senhor António Pereira Inverno que foi membro deste Órgão Autárquico.”-----

APROVADO, POR UNANIMIDADE.-----

Foi guardado um minuto de silêncio pela Assembleia Municipal. -----

INTERPELAÇÃO -----

Pela Senhora Susana Pádua, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte “Interpelação -----

Atendendo que no passado dia 13 de outubro se realizaram as eleições para o presidente da CCDR cuja legislação enquadradora obrigava a realização de uma assembleia específica convocada para o efeito, vêm os eleitos do PS suscitar a seguinte questão: ----

- Existe alguma oposição a que o pagamento das senhas de presença devidas aos membros que comparecerem na referida Assembleia possam ser, neste momento de

particular dureza e exigência, transformado num donativo às 4 IPSS's do Município com ERPI (Lar de 3ª idade)? -----

Estamos convictos que este pequeno esforço que terá de ser sempre com a concordância de todos e de cada, um para além de sanar uma desconformidade poderá ajudar com cerca de 500€ a cada uma das Instituições que como somos conhecedores atravessam momentos de grandes dificuldades. -----

À vossa consideração.”-----

Interveio o Senhor João Alberto Guerreiro, eleito da CDU, referindo que esta questão lhe suscitava dúvidas legais, dado que não foi convocada nenhuma sessão da Assembleia Municipal, para o efeito, tendo apenas sido remetida uma informação aos membros da mesma sobre a realização daquele ato eleitoral, no qual nem todos os eleitos votaram.-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual esclareceu que a lei não obrigava à convocação de uma Assembleia Municipal para a realização daquelas eleições, sendo que foram levantadas um conjunto de questões, pareceres e despachos sobre o assunto, tendo a DGAL remetido uma circular a clarificar que não era obrigatório convocar uma AM para o efeito.-----

Acrescentou que foram várias as questões suscitadas, nomeadamente o facto do Presidente da Câmara e dos Vereadores não votarem nas Sessões da Assembleia Municipal, para além de que, no mesmo dia, os presidentes das câmaras municipais do Litoral Alentejano tinham também que ir votar, na CIMAL, para eleger o Vice-Presidente da CCDRA, no mesmo período, o que impedia a sua presença obrigatória nas sessões das respetivas assembleias municipais. -----

A Senhora Susana Pádua referiu estar ciente do que estava a afirmar, acrescentando que só três assembleias municipais do Distrito de Setúbal não convocaram uma sessão para o efeito, sendo que as assembleias municipais, de maioria CDU, de Sesimbra, Seixal e Setúbal também convocaram sessões para o efeito, pelo que, se for sua a confusão, terá havido mais pessoas confusas nesta matéria. Pelo que, para clarificar esta situação, iria apresentar um requerimento para a análise jurídica do assunto, de cuja reposta deverá ser, posteriormente, dado conhecimento à Assembleia Municipal, no sentido de não ficarem dúvidas sobre esta questão. -----

Interveio novamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal no sentido de clarificar que não estava em causa a bondade da proposta apresentada, mas a realidade é que não teve lugar uma Assembleia Municipal convocada para aquele efeito, pelo que não havia lugar a senhas de presença. -----

Mais esclareceu que tinha conhecimento de que houve um conjunto de municípios onde as assembleias municipais convocaram sessões para aquele ato, sendo que também muitos municípios, de todos os quadrantes políticos, não o fizeram, porque não era obrigatório, porque se o fosse, a Assembleia Municipal tinha cometido uma ilegalidade ao não convocar a Sessão para aquele fim. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referindo que secundava o esclarecimento feito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre este assunto, dado que se tratava de uma prerrogativa que a Assembleia Municipal tinha, acrescentando que, caso fosse obrigatória a convocação de uma Assembleia Municipal as eleições em causa estavam feridas de ilegalidade, pelo que, objetivamente, havia essa possibilidade conferida a este órgão Autárquico, a qual não teve lugar. Acrescentou que considerava louvável a intenção contida na interpelação, sendo que a mesma teria que ter sido colocada antes daquele ato eleitoral. -----

REQUERIMENTO

Pela Senhora Susana Pádua, eleita do PS, foi apresentado o seguinte “Requerimento: ---
Atendendo que no passado dia 13 de outubro de 2020 se realizaram as eleições para o presidente da CCDR, que de acordo com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, obrigava a realização de uma Assembleia Municipal, especificamente convocada para o efeito. ----
Não sendo este o entendimento do presidente da Câmara Municipal nem da Assembleia Municipal, vêm os eleitos do PS solicitar o competente parecer jurídico dos serviços camarários.”-----

REQUERIMENTO SOBRE AFETAÇÃO DE PESSOAL AUXILIAR NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Pela Senhora Susana Pádua, em representação dos eleitos do PS, foi apresentado o seguinte “Requerimento

1. Tendo presente todas e cada uma das anteriores intervenções, requerimentos pedidos de cumprimento da lei, apresentados nesta Assembleia Municipal em relação à afetação de pessoal auxiliar nos estabelecimentos de educação pré-escolar e nas respetivas salas/grupo em reuniões desta Assembleia Municipal;-----
2. Constatando que até ao presente não foi dada resposta ao requerido nem ao pedido de envio dos Acordos estabelecidos com os ministérios do Trabalho e Segurança Social e Ministério da Educação;-----
3. Considerando a repetida afirmação por parte do executivo CDU, nesta Assembleia e noutros fóruns, de que o município tem “o dobro do pessoal auxiliar” nos estabelecimentos de educação pré-escolar;-----
4. Certos na dúvida de que a autarquia dificilmente poderá ter, talvez até nem nunca tenha tido como apregoa, o dobro do pessoal para fazer face às necessidades da educação pré-escolar, nas componentes letiva, apoio à família e ainda a higienização e a limpeza dos espaços;-----
5. Tendo presente o enorme esforço destas profissionais em conseguir cumprir com as exigências que todo o serviço implica, designadamente a vigilância das crianças, o apoio na atividade letiva, o apoio nos almoços, o apoio na higiene das crianças, isto para não referir as situações em que acumulam ainda a limpeza do espaço;-----
6. Considerando ainda que recentemente foi realizado ou ainda está a decorrer um concurso para afetar mais profissionais aos jardins de infância e foram colocadas mais assistentes em regime de prestação de serviços.-----

Os Deputados eleitos pelo Partido Socialista à Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, em nome da justiça e da transparência, requerem por escrito as seguintes informações:-----

1. Qual o número de assistentes que estão afetas à componente letiva e à componente de apoio à família em cada estabelecimento;-----
2. Nos acordos estabelecidos, acima referidos, qual o valor que é transferido para cada uma das assistentes à autarquia e quantas são abrangidas por esse valor;-----
3. Qual o valor recebido pela autarquia, também através dos referidos acordos, por cada criança na componente de apoio à família, que supostamente irá contribuir para a remuneração devida às assistentes afetas a este serviço.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que já tinha sido dada resposta sobre o assunto, sendo que, eventualmente, a mesma não terá sido suficientemente clara para os requerentes.-----

A Senhora Susana Pádua referiu que só lhe tinha sido dada resposta uma vez, a qual não estava completa, porque faltavam valores e os protocolos não estavam atualizados, do qual deu conta numa sessão anterior da Assembleia Municipal, tendo requerido nova informação.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que os protocolos que tinham sido, anteriormente, assinados com a Direção Regional de Educação eram automaticamente renováveis, se não houvesse denúncia das partes, sendo que os novos protocolos só foram assinados na semana em curso.-----

A Senhora Susana Pádua voltou a referir que a informação que recebeu não respondia cabalmente às questões que tinha colocado, acrescentando que pedia autorização para remeter a todos os membros da Assembleia Municipal os protocolos que lhe foram enviados, para que não houvesse dúvidas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Jaime Cáceres, com competências delegadas na área da Educação, o qual referiu que não eram sempre colocadas as mesmas questões, sendo que iria novamente responder ao solicitado. -----

A Senhora Susana Pádua referiu que a matéria que requereu consta nas atas, onde se pode ver que as questões que colocou são sempre as mesmas.-----

REUNIÃO NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL (CIMAL) SOBRE INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS --

Interveio o Senhor José Neves, eleito da CDU, cumprimentando todos os presentes e, em especial, as mulheres. -----

Proseguiu, solicitando informação sobre os resultados da reunião que tinha tido lugar, recentemente, entre a CIMAL e responsáveis pela empresa Infraestruturas de Portugal, sobre questões relativas à rodovia e à ferrovia que atravessam o Município. -----

REQUALIFICAÇÃO DA FERROVIA -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que também tinha tido conhecimento de uma reunião entre a CIMAL e membros do Governo, ficando algo preocupado com as notícias sobre a questão da ferrovia, dado que o concurso público para a intervenção na linha ferroviária indicava apenas alguns melhoramentos na mesma, ao contrário do que tinha sido anunciado, anteriormente, de que seriam feitas obras de fundo para adaptação da via ao incremento do transporte de mercadorias a partir do Porto de Sines. Acrescentou que esta notícia poderá ter ligação com a questão do projeto de um troço alternativo, o qual consta em vários documentos do Governo, desde dois mil e nove, e que os municípios, na altura, conseguiram reverter, sendo que o mesmo irá atravessar algumas quintas históricas, causando prejuízos ambientais e agrícolas significativos para o concelho, questionando se existiam mais informações sobre este assunto. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL) tinha solicitado uma reunião ao Ministério das Infraestruturas, em julho de 2019, e convidado o Senhor Ministro para uma reunião do Conselho Estratégico da CIMAL, para colocar questões relativas às acessibilidades ferroviárias e rodoviárias no Município, sendo que, não tendo obtido resposta, foi decidido pedir uma reunião ao Senhor 1º Ministro, o qual informou que tinha delegado o assunto no Senhor Ministro das Infraestruturas, pelo que, na passada segunda-feira, teve lugar uma reunião com este responsável do Governo que se fez acompanhar do Senhor Secretário de Estado e outros membros do seu Gabinete, na qual foram colocadas pela CIMAL questões relativas às obras do IP8 e A26, abandonadas há cerca

de dez anos. Acrescentou que o Senhor Ministro informou que ia ser concretizada a ligação rodoviária a Grândola Norte, sendo que a CIMAL nunca colocou qualquer preferência de ligação a norte ou a sul daquela Vila, mas tendo em conta a opção tomada, questionou o senhor Ministro sobre a situação das obras de arte abandonadas nos terrenos que foram expropriados, na ligação que tinha sido inicialmente prevista, a sul de Grândola, acrescentando que será solicitada uma reunião à empresa Infraestruturas de Portugal para tratar destas questões de ordem técnica. -----

No que respeita à ferrovia, informou que o Senhor Ministro das Infraestruturas confirmou que o novo traçado estava incluído no Plano de Investimentos 2030, pelo que lhe foi transmitido que as autarquias e as populações estavam frontalmente contra, por questões que tinham a ver com o ordenamento do território.-----

Mais informou que, no dia seguinte àquela reunião, a Equipa Técnica da empresa Infraestruturas de Portugal veio apresentar à Câmara Municipal a solução final do projeto de requalificação da linha de caminho de ferro, entre Sines e Ermidas Sado, onde pode comprovar a redução da verba que estava inicialmente prevista para este investimento, a qual era, inicialmente, de cinquenta e cinco milhões de euros e passou para trinta e três milhões de euros, tendo sido retirados do projeto várias pontes e viadutos previstos, mantendo o traçado, com algumas correções, a modernização elétrica e somente algumas das passagens desniveladas. Acrescentou que está prevista a adjudicação das obras no mês em curso, considerando muito negativa a redução no investimento para recuperação desta linha ferroviária. -----

Informou ainda que um parecer do Conselho Superior de Obras Públicas também vai no sentido do desinvestimento nestas obras em prol do investimento no troço alternativo. Acrescentou que este projeto tinha sido abandonado, havia dez anos, depois da contestação das autarquias e das populações, sendo que passados todos estes anos, parece que o Governo pretende voltar atrás na decisão. Contudo, se o concurso para o novo Terminal do Porto de Sines não avançar, esta situação pode não vir a ser colocada nos próximos anos.-----

Referiu ainda que esta ligação direta não terá a ver com a rapidez no transporte de mercadorias, sendo que os vinte quilómetros de redução no percurso, com um custo estimado de cento e vinte milhões de euros, irá apenas beneficiar o operador privado de transportes. Acrescentou que outro argumento que é apresentado tinha a ver com o congestionamento da linha do sul, no caso de haver um incremento do transporte com o aumento do Porto de Sines, o qual não lhe parece sustentável, porque a ligação daquele troço será feita à mesma linha. -----

Mais referiu que se tratava de um assunto que mereceu o consenso das diferentes Forças Políticas nos órgãos autárquicos do Litoral Alentejano, pelo que, considerou que estava na altura de voltarem a contestar esta intenção do Governo. -----

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)-----

O Senhor Francisco Lobo de Vasconcellos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que aquele Plano visava a aplicação de vários milhões de euros, vindos da União Europeia, questionando se o Município está envolvido e se têm propostas para apresentar no âmbito do mesmo, no sentido de perceber até que ponto o Município pode vir a beneficiar dos apoios, dado que consta que se trata de um Plano muito centralista. -

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que vão ser concertadas posições, no âmbito da CIMAL, sobre os investimentos mais importantes para a sub-região, a incluir no PRR, nomeadamente acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, habitação e regadio. -----

SAÚDE NO MUNICÍPIO – PONTO DE SITUAÇÃO SOBRE A COVID – 19 E PLANO DE VACINAÇÃO-----

O Senhor Joaquim Gamito, eleito da CDU, questionou sobre o ponto de situação destes dois assuntos relativos à pandemia em curso.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, neste momento, são trinta e quatro os casos positivos da COVID 19 no Município, sendo que a tendência é decrescente como está a acontecer em quase todo o País. Acrescentou que o número máximo de casos no Município, duzentos e vinte e nove, tinha sido atingido, havia duas semanas, o que obrigou a um enorme esforço por parte dos profissionais de Saúde.-----

Mais informou que o processo de vacinação foi iniciado na semana em curso, na Sede do Município, para pessoas com mais de oitenta anos e/ou mais de cinquenta com doenças associadas, acrescentando que a ação de vacinação tinha prosseguido, no dia anterior e na presente data, em Alvalade, e que estão a ser vacinadas pessoas de todas as freguesias do Município, sendo que, inicialmente, houve a intenção de criar quatro centros para o efeito, em Santo André e em Cercal do Alentejo, para além da Sede do Município e em Alvalade, mas tendo em conta o número de vacinas disponibilizadas, não se justificava a abertura dos quatro centros, os quais não iriam funcionar em simultâneo, dado que a equipa de vacinação é a mesma.-----

Informou ainda que se aguarda pelo reforço de vacinas e que o processo tem decorrido muito bem, num esforço conjunto das entidades envolvidas, tendo a Autarquia apoiado nomeadamente com transporte, alimentação para os profissionais em serviço, aquisição de tendas, disponibilização de recursos humanos, espaços e outros meios logísticos.-----

Concluiu, deixando uma palavra de gratidão a todas as pessoas envolvidas neste processo, nomeadamente profissionais de Saúde e funcionários da Câmara Municipal e das juntas de Freguesia.-----

SAUDAÇÃO ÀS MULHERES-----

O Senhor Joaquim Gamito, 2º Secretário da AM e eleito da CDU, referiu que gostaria de deixar uma saudação muito especial às mulheres que estavam na Assembleia Municipal e a todas, em geral, pela data que vão comemorar, o dia 8 de Março, com a qual não concorda porque: “–Acho pouco e desumano, o dia da Mulher devia ser todos os dias do ano”.-----

ORDEM DO DIA-----

---1. Expediente.-----

---A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de janeiro e fevereiro de dois mil e vinte e um, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

---2. Ata-----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 05**, da Sessão Ordinária de dezoito de dezembro de dois mil e vinte.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi aprovada, por unanimidade.-----

Não votaram os eleitos e eleita Norberto Valente Barradas, Manuel Botelho Mourão, Francisco de Oliveira Pereira, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce

das Candeias Pereira Rito Almeida e José Manuel Guerreiro Neves, por não terem estado presente na reunião. -----

3. Apreciação da informação da Câmara Municipal e ratificação da renovação e aditamento às medidas extraordinárias e de carácter urgente, para apoio social e económico no combate à pandemia pela doença COVID-19. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar o seguinte assunto: -----

“DESPACHO -----

Terceira renovação das medidas extraordinárias e de carácter urgente para apoio social e económico no combate à pandemia pela doença COVID-19 -----

A situação epidemiológica que se verifica em Portugal em resultado da pandemia da doença COVID-19 tem justificado pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém a adoção de um conjunto de medidas extraordinárias e de carácter urgente para apoio social e económico no combate à pandemia. -----

As medidas adotadas tiveram como objetivo não só prevenir, conter e mitigar a transmissão da infeção, como também minimizar os efeitos colaterais da pandemia, protegendo as empresas, sobretudo os pequenos empresários em nome individual, de forma a defender o emprego, os postos de trabalho, e criar condições para que seja assegurado, na medida do possível, o rendimento das famílias. -----

As medidas tomadas tiveram manifestamente impactos positivos no controlo da pandemia no nosso concelho, e é, também, por essa razão, que face ao contexto atual da situação, verificam-se nos últimos dias um aumento do número de novos casos de contágio pela doença, se considera necessário renovar pela terceira vez muitas das medidas adotadas para que, no âmbito da Declaração de Estado de Emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, a situação epidemiológica atual tenha o menor impacto possível na transmissão da doença e no rendimento das famílias. -----

Face ao exposto, e atendendo que compete à Câmara Municipal, apoiar atividades de natureza social, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, determino a adoção e renovação das seguintes medidas extraordinárias e de carácter urgente para apoio ao nível social e económico no combate à pandemia por COVID-19, a saber: -----

- **Isenção do pagamento de rendas referentes aos espaços municipais arrendados ou concessionados para fins comerciais integrados nos setores que foram encerrados, durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021;** -----

- **Redução de 50% do pagamento de rendas referentes aos espaços municipais arrendados ou concessionados para fins comerciais integrados nos setores de restauração, bebidas e afins, durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021;** -----

- **Isenção do pagamento das tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos nos tarifários sociais e de famílias numerosas nos meses janeiro, fevereiro e março de 2021;** -----

- **Isenção do pagamento das tarifas dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos para todas as IPSS e outras instituições**

equiparadas, bem como as Associações de Bombeiros, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021; -----

- Fornecimento gratuito de Equipamentos de Proteção Individual a bombeiros, profissionais de saúde, forças de segurança e funcionários de IPSS; -----

- Apoio de emergência a famílias carenciadas devidamente assinaladas; -----

- Manter os apoios previstos em protocolos estabelecidos com o Movimento Associativo, mesmo durante a paragem nas atividades; -----

- Fornecimento de soluções desinfetantes nos dispensadores junto de todos os terminais de multibanco do Concelho, que se encontrem instalados em espaço exterior; -----

- Prossecução da campanha “Ajude a Economia Local, compre no Comércio Tradicional”; -----

- Entrega de duas máscaras reutilizáveis, por mês e por pessoa, a beneficiários do rendimento social de inserção e beneficiários de pensão social do regime não contributivo, durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021. -----

O meu Despacho será objeto de ratificação na próxima reunião de Câmara Municipal, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 35.º do Regime Jurídico já referido, sendo igualmente as isenções concedidas comunicadas ao órgão deliberativo, conforme dispõe o artigo 3.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, que publicou o Regime excecional para promover a capacidade de resposta das Autarquias Locais no âmbito da pandemia da doença por COVID-19.-----

FUNDAMENTOS: Os atos administrativos são passíveis de ratificação pelo órgão detentor da competência legal para o efeito, quando tiverem sido praticados por órgão incompetente conforme n.º 3 do Artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

“**DESPACHO** -----

Aditamento à terceira renovação das medidas extraordinárias e de caráter urgente para apoio social e económico no combate à pandemia pela doença COVID-19 -----

A situação epidemiológica que se verifica em Portugal, em resultado da pandemia da doença COVID-19, tem justificado pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém a adoção de um conjunto de medidas extraordinárias e de caráter urgente para apoio social e económico. -----

As medidas adotadas tiveram como objetivo não só prevenir, conter e mitigar a transmissão da infeção, como também minimizar os efeitos colaterais da pandemia, protegendo as empresas, sobretudo os pequenos empresários em nome individual, de forma a defender o emprego, os postos de trabalho, e criar condições para que seja assegurado, na medida do possível, o rendimento das famílias. -----

Renovadas pela terceira vez no passado dia 12 de janeiro, as medidas tomadas têm, manifestamente, tido impactos positivos no controlo da pandemia no nosso concelho. --

Sucedem que, na sequência do agravamento da pandemia, foram posteriormente adotadas, pelo Governo, outras medidas consideradas adequadas e necessárias para salvar um bem maior que é a saúde pública e, por sua vez, a vida de todos os portugueses, nomeadamente o encerramento ou suspensão de determinados tipos de instalações, estabelecimentos e atividades. -----

Por essa razão, face ao contexto atual da situação epidemiológica em Portugal e na nossa região, impõe-se à Câmara Municipal de Santiago do Cacém aditar as medidas adotadas com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2021 para que, no âmbito da

Declaração do Estado de Emergência, a doença tenha o menor impacto possível no rendimento das famílias. -----

Face ao exposto, e atendendo que compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, determino o aditamento às medidas extraordinárias e de caráter urgente para apoio ao nível social e económico no combate à pandemia pela doença COVID-19, a saber: -----

Isenção do pagamento do direito de superfície às micro e pequenas empresas instaladas nos parques empresariais municipais, referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021; -----

Isenção do pagamento de rendas referentes aos espaços municipais arrendados ou concessionados para fins comerciais integrados nos setores cuja atividade foi encerrada ou suspensa, ainda que se encontrem a funcionar exclusivamente em regime de *take-away*, durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021; -----

Determino, ainda, que o meu Despacho seja objeto de ratificação na próxima reunião de Câmara Municipal, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 35.º do Regime Jurídico já referido, sendo igualmente as isenções concedidas comunicadas ao órgão deliberativo, conforme dispõe o artigo 3.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, que publicou o Regime excecional para promover a capacidade de resposta das Autarquias Locais no âmbito da pandemia da doença por COVID-19.” -----

FUNDAMENTOS: Os atos administrativos são passíveis de ratificação pelo órgão detentor da competência legal para o efeito, quando tiverem sido praticados por órgão incompetente conforme n.º 3 do Artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou ainda que o esforço financeiro das medidas tomadas e da receita perdida no âmbito da pandemia, ultrapassava um milhão de euros. -----

TOMADO CONHECIMENTO -----

Pela Senhora Rosa Maria Vaz Teixeira de Almeida, eleita do BE, foi apresentada a seguinte declaração: “O Bloco de Esquerda valoriza e apoia a proposta da Câmara Municipal para renovação das medidas extraordinárias para apoio social e económico no combate no combate à pandemia, naturalmente. -----

No entanto, e como temos vindo a defender consideramos que se devem reforçar medidas, nomeadamente no apoio à economia local/comércio local, de apoio ao S.N.S, aos desempregados e no acesso à habitação. -----

Explicitando, referimo-nos à disponibilização/criação de uma plataforma de serviços para recolha de pedidos e entregas, por parte dos municípios e do comércio local, auxiliando os consumidores na aquisição de bens essenciais, e apoiando e incentivando assim o comércio na manutenção da sua atividade. Este serviço camarário faria a recolha dos pedidos e respetiva entrega ao domicílio. -----

No que diz respeito ao S.N.S, é urgente mais apoio logístico, à semelhança do que está a ser feito e muito bem, com a disponibilização do pavilhão para vacinação. -----

Devem colocar-se outros recursos à disposição para reforçar os cuidados domiciliários, a vigilância e acompanhamento dos utentes que deles necessitem, aliviando a sobrecarga atual do serviço em questão, por força da pandemia. -----

Ao falarmos do apoio aos desempregados que a atual situação gerou, falamos de identificar, com a colaboração dos serviços da Segurança Social, a situação em que os 1ºs se encontram e criar um fundo social de emergência direcionado para o pagamento de despesas inadiáveis, como a renda da casa, a eletricidade, gás, água, entre outros, de modo a garantir a subsistência do agregado familiar. -----

Quando falamos de habitação, pretendemos trazer à discussão a necessidade de repensar o que fazer com as casas e prédios devolutos, como colmatar a falta de habitação social que sirva as necessidades de quem procura um lar, seja decorrente de um despejo ou por querer criar raízes no Concelho. Pensamos que um agravamento progressivo do IMI nos ditos prédios devolutos, pressionaria à sua recuperação, com salvaguarda para os casos de insuficiência económica. -----

Mais, a Câmara Municipal poderia adquirir transitoriamente os ditos, por posse administrativa, com vista à recuperação dos mesmos e consequente colocação no mercado de habitação de baixo custo e ou de rendas acessíveis.” -----

“4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL -----

---a) **Compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso, existentes a 31 de dezembro de 2020 – Dar conhecimento;** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar o seguinte assunto: -----

“**Dar conhecimento** de todos os compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2020. * -----

FUNDAMENTOS: alínea a) e b) do nº 1 e alínea c) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 12 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº22/2015, de 17 de março e artº 17 do Decreto Lei nº 127/2012 de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 99/2015 de 2 de junho.” -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

TOMADO CONHECIMENTO.” -----

--- b) **Alteração de compromissos plurianuais – Empreitada de Qualificação e Valorização da Área de Acolhimento Empresarial de Santo André;**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar a seguinte

“**PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para a execução da “**Empreitada de Qualificação e Valorização da Área de Acolhimento Empresarial de Santo André**”, no montante estimado de 2 650 000,00 € (IVA Incluído), com a seguinte previsão de repartição de encargos: -----

- Ano de 2021: 300 000,00 €; -----

- Ano de 2022: 2 350 000,00 €. -----

FUNDAMENTOS: a) - De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

b) - Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação vigente. -----

c) – Tendo em consideração a necessidade de reprogramação dos trabalhos que constituem a empreitada. “-----

A Senhora Presidente colocou a proposta a discussão. -----
Interveio a Senhora Rosa Maria Vaz Teixeira de Almeida, eleita do BE, questionando sobre a razão de uma redução tão significativa, de quase dois milhões de euros, em dois mil e vinte e um, os quais passam para o ano seguinte. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a Câmara Municipal tinha lançado um concurso público para aquelas obras, no início de dois mil e dezanove, as quais foram adjudicadas à empresa Protecnil, no mês de outubro. Contudo, a empresa Tecnovia que ficou em segundo lugar, não se conformou com a decisão, movendo uma ação em Tribunal, com efeito suspensivo do contrato, tendo a Câmara Municipal recorrido, pelo que, posteriormente, o Tribunal decidiu pelo efeito não suspensivo da adjudicação, permitindo assim que a Câmara Municipal assinasse o contrato com a empresa, o que ocorreu, em julho de dois mil e vinte, seguindo o processo para o Tribunal de Contas que colocou algumas questões relativas ao litígio em curso. Acrescentou que passaram seis meses e, de acordo com a Lei, após este prazo, se a obra não for consignada a empresa pode rescindir o contrato, o que aconteceu.-----

Mais informou que foi tentado um acordo, no sentido da obra vir a ser adjudicada à Tecnovia, mas esta, depois de rever os custos da mesma, acabou por não aceitar, o que obriga a Câmara Municipal a novos procedimentos e consequentemente o arrastar do processo, assim como à necessidade do aumento do valor base do novo concurso público, sendo que se trata de uma obra financiada por fundos europeus, pelo que, é necessário avançar com rapidez, para não perder as verbas em causa, cujo prazo termina em dois mil e vinte e três.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

--- **c) Alteração de compromissos plurianuais – Empreitada de reconstrução do edifício do Cinema de Alvalade;**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar a seguinte **“PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para a execução da **“Empreitada de reconstrução do edifício do Cinema de Alvalade”**, no montante estimado de 1 000 000,00 € (IVA Incluído), com a seguinte previsão de repartição de encargos: -----

- Ano de 2021: 100 000,00 €; -----

- Ano de 2022: 900 000,00 €. -----

FUNDAMENTOS: a) - De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

b) - Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação vigente. -----

c) – Tendo em consideração a necessidade de reprogramação dos trabalhos que constituem a empreitada. “-----

A Senhora Presidente colocou a proposta a discussão. -----

Interveio o Senhor Francisco Lobo de Vasconcellos, solicitando esclarecimentos sobre o funcionamento deste equipamento e também do Cine Teatro de Ermidas, no futuro. ----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, sendo o Cinema de Alvalade um equipamento Municipal, a sua gestão será feita diretamente pela Câmara Municipal, a qual está aberta a parcerias com entidades locais para dinamização daquele espaço.----

Relativamente ao Cineteatro de Ermidas, referiu que se tratava de um edifício propriedade de uma família, a qual acordou na cedência do mesmo à Associação Grémio Ermidense Primeiro de Agosto, caso houvesse disponibilidade financeira para a sua recuperação, tendo esta Associação avançado, no ano transato, com uma candidatura para o efeito, relativamente à qual Câmara Municipal se disponibilizou para participar na parte não financiada, não tendo a mesma sido aprovada. Acrescentou que surgiu agora esta oportunidade que a Câmara Municipal colocou à Associação, tendo sido assinado um protocolo entre as duas entidades, com um prazo de vinte e cinco anos, para a dinamização conjunta daquele equipamento, às quais se poderão juntar outras entidades. -----

Interveio a Senhora Rosa Maria Vaz Teixeira de Almeida, eleita do BE, questionando sobre o que a Câmara Municipal fará se a candidatura não for aprovada. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que estava otimista relativamente à aprovação das candidaturas, até porque se tratava de uma verba contratualizada no âmbito da CIMAL e que está afeta ao Município de Santiago do Cacém, para equipamentos do património cultural, embora se possa sempre colocar a hipótese contrária. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pela Senhora Rosa Maria Vaz Teixeira de Almeida, eleita do BE, foi apresentada a seguinte **Declaração de Voto:** “Consideramos este investimento prioritário como é do conhecimento público, contudo, face ao exposto, apenas se prevê o grosso do investimento para 2022, ao contrário do que era intenção no Orçamento para 2021. Este é um investimento que se prevê ser financiado, pelo que o Bloco de Esquerda considera fundamental que a Câmara Municipal assumira tal como investimento próprio prioritário, no caso de o financiamento falhar.” -----

--- **d) Alteração de compromissos plurianuais – Empreitada de reconstrução do edifício do Cineteatro de Ermidas Sado;** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar a seguinte **“PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para a execução da **“Empreitada de reconstrução do edifício do Cineteatro de Ermidas Sado”**, no montante estimado de 1.400.000,00 € (IVA Incluído), com a seguinte previsão de repartição de encargos: -----

- Ano de 2021: 100.000,00 €; -----

- Ano de 2022: 1.300.000,00 €. -----

FUNDAMENTOS: a) - De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

b) - Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação vigente. -----

c) – Tendo em consideração a necessidade de reprogramação dos trabalhos que constituem a empreitada.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta a discussão. -----

Interveio a Senhora Susana Pádua, eleita do PS, começando por referir que se congratulavam com a recuperação deste edifício e também do edifício Municipal de Alvalade, o que era positivo, considerando que as pessoas de Ermidas devem estar

felizes pela recuperação do mesmo, dado que havia muitos anos que lutavam pela sua concretização, recordando que nos anos de 1996/1999, o Centro Rural de Ermidas Sado e Azinheira de Barros teve uma verba disponibilizada para recuperação deste espaço, não tendo avançado com o projeto, pelo que é com gosto que o vê novamente renascer, esperando que tenha uma boa conclusão, porque os Ermidenses merecem, dado que sempre lutaram pela sua concretização.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que gostaria que ficasse bem claro que a recuperação deste edifício, que não é municipal, não era um compromisso eleitoral da CDU, não deixando, contudo, a Câmara Municipal de aproveitar esta oportunidade para o efeito, sendo que se tratava de um investimento com um valor bastante significativo, o qual se enquadrava na opção política da Câmara Municipal, de reforço no combate às assimetrias culturais, associado a outros investimentos naquela Freguesia e nas outras freguesias que tem vindo a ser feito pelas autarquias.-----

Recordou ainda que, em 1996, a Câmara Municipal não dispunha ainda de um Auditório, pelo que foi decidido investir neste equipamento, na Sede do Município, para servir um maior número de pessoas. -----

Interveio o Senhor Carlos Pereira, eleito da CDU, e Presidente da junta de Freguesia de Ermidas Sado, referindo que era com muita satisfação e orgulho que via este investimento num edifício que faz parte da história da Freguesia, pelo qual felicitava o Executivo Municipal, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pela Senhora Rosa Maria Vaz Teixeira de Almeida, eleita do BE, foi apresentada a seguinte **Declaração de Voto:** “ Consideramos este investimento prioritário como é do conhecimento público, contudo, face ao exposto, apenas se prevê o grosso do investimento para 2022, ao contrário do que era intenção no Orçamento para 2021. Este é um investimento que se prevê ser financiado, pelo que o Bloco de Esquerda considera fundamental que a Câmara Municipal assuma tal como investimento próprio prioritário, no caso de o financiamento falhar.” -----

--- e) Mapa de Fluxos de Caixa; -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar a seguinte **“PROPOSTA: Um** – Submeter a apreciação da Assembleia Municipal o Mapa Fluxos de Caixa de acordo com os documentos, Demonstração de Desempenho Orçamental e Demonstração dos Fluxos de Caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2020, tornando desde já possível, através da revisão orçamental a aprovar, a integração do saldo da execução orçamental, conforme documento, em anexo. * -----

FUNDAMENTOS: Por forma a não retardar a possibilidade de integração do saldo da gerência da execução orçamental tendo em conta o exposto no nº 2 do artigo 132º e de acordo com o definido no artigo 130º da Lei nº 75-B/2020 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2021).” -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a **proposta** a discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor, das e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves,**

Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro das Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Doze abstenções, sendo sete, das eleitas e dos eleitos do PS, Senhor/a/e/s Raquel Louro Vieira Correia, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Manuel Botelho Mourão, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz.-----

Quatro, dos eleitos e da eleita da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/es/a Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Francisco Alfeirão Rodrigues e Maria Teresa Machado Branco.-----

Uma, da eleita do Bloco de Esquerda, Senhora Rosa Maria Vaz Teixeira de Almeida.”-

--- f) Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de 2021 a 2025;-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar a seguinte **“PROPOSTA: UM** – Submeter a Primeira Revisão às GOP’S (PPI e AMR) Dois Mil e Vinte e Um/Dois Mil e Vinte e Cinco à Assembleia Municipal, conforme documento, em nexa.* -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99 de 22 de Fevereiro, na redação atual, e a Norma de Contabilidade pública – NCP 26 – Contabilidade e relato Orçamental constante do anexo II ao Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas SNC-AP. -----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro.” -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta a discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato a votação, a qual foi aprovada, **por maioria**, com dezasseis votos a favor, das e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro das Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Doze abstenções, sendo sete, das eleitas e dos eleitos do PS, Senhor/a/e/s Raquel Louro Vieira Correia, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Manuel Botelho Mourão, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz.-----

Quatro, dos eleitos e da eleita da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/es/a Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Francisco Alfeirão Rodrigues e Maria Teresa Machado Branco.-----

Uma, da eleita do Bloco de Esquerda, Senhora Rosa Maria Vaz Teixeira de Almeida.”-

--- g) **Primeira Revisão às GOPs (PPI e AMRs) de 2021 a 2025;** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter a Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Vinte e Um/Dois Mil e Vinte e Cinco à Assembleia Municipal, para incorporação do Saldo da Gerência da Execução Orçamental de Dois Mil e Vinte, conforme documento, em anexo.* -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99 de 22 de Fevereiro, na redação atual, e a Norma de Contabilidade pública – NCP 26 – Contabilidade e relato Orçamental constante do anexo II ao Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas SNC-AP. -----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente Ata com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** a discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi aprovada, **por maioria**, com dezasseis votos a favor, das e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro das Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Doze abstenções, sendo sete, das eleitas e dos eleitos do PS, Senhor/a/e/s Raquel Louro Vieira Correia, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Manuel Botelho Mourão, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz.-----

Quatro, dos eleitos e da eleita da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/es/a Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Francisco Alfeirão Rodrigues e Maria Teresa Machado Branco.-----

Uma, da eleita do Bloco de Esquerda, Senhora Rosa Maria Vaz Teixeira de Almeida.” -

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de novembro e dezembro de 2020, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou o documento a discussão.-----

CONTENCIOSO COM A EMPRESA ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ-----

Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, questionando sobre as ações movidas à Câmara Municipal pela empresa Águas de Santo André, pendências que se arrastam nos tribunais, desde dois mil e nove, questionando se não seria a altura oportuna para

terminar com este contencioso, tendo em conta a entrada de novos Corpos Sociais naquela empresa. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, aquando da transferência de competências do ex-Gabinete da Área de Sines, foi criada, por decreto de lei, uma exceção no abastecimento da água a Santo André e ao Complexo Industrial de Sines, sobre a qual as autarquias não foram ouvidas, apesar de se tratar de uma competência das mesmas, o que foi motivado pelo facto de o abastecimento em Alta àquele Complexo ser muito lucrativo, pelo que o Governo na altura criou uma empresa do Grupo Águas de Portugal, para o efeito, a qual abastece a população com água que deve ser tratada, pela qual devia cobrar também a respetiva taxa de saneamento, o que não faz, argumentando que os termos da concessão não o permite, pelo que passam a fatura à Câmara Municipal, sendo entendimento da Autarquia que não tem que a pagar, por não ser responsável pelo abastecimento da água àquela população. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal tinha chegado a um acordo com a anterior administração da empresa Águas de Santo André, para terminar com o contencioso, o qual previa que a suposta dívida da Autarquia seria coberta pelas rendas a pagar pela empresa pelo uso das infraestruturas municipais, sendo que na empresa Águas de Portugal foram levantadas algumas questões jurídicas sobre o mesmo. -----

Mais informou que a Câmara Municipal está dialogando com a nova Administração da empresa Águas de Santo André, no sentido de recuperar o acordo anterior, com algumas alterações, para resolver esta situação, no qual a mesma também está interessada. -----

Mais informou que o Tribunal Pleno e o Supremo deram razão à Câmara Municipal numa das ações deste contencioso, pelo que não se compreende porque não caíram as outras ações, lamentando que se tenha de despender tanto tempo e recursos, para resolver esta situação, sendo que ao Executivo cabe defender os interesses do Município. -----

O Senhor Ricardo Cruz, eleito do PS, perguntou se também não era cobrada a taxa de saneamento relativa aos resíduos sólidos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a empresa Águas de Santo André cobrava aquela taxa e remetia a receita ao Município. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO-----

A Senhora Dulce Rito questionou sobre a situação financeira do Município, referindo que lhe parecia muito exagerada a dívida a terceiros, de curto, médio e longo prazo, a qual totaliza cerca de seis milhões e duzentos mil euros, considerando que devia ser feito um esforço para uma maior redução da mesma. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que estranhava esta questão, tendo em conta que a Câmara Municipal, só no atual mandato, reduziu a dívida em três milhões de euros, uma média de um milhão de euros por ano, sendo a dívida atual, de seis virgula dois milhões de euros, a qual corresponde a um terço da dívida de há sete anos, acrescentando que aquele montante total da dívida compreende pouco mais de vinte por cento da capacidade de endividamento da Autarquia. -----

Mais informou que havia cerca de sete anos que a Câmara Municipal não tinha dívidas a curto prazo, a mais de noventa dias, e que o prazo médio atual de pagamento aos fornecedores se situava abaixo dos vinte dias. -----

Referiu ainda que, numa conjuntura de juros baixos, seria um ato de má gestão a amortização total da dívida. -----

Concluiu, referindo que existe uma situação clara e muito transparente do ponto de vista financeiro, sendo visível a boa saúde das finanças da Câmara Municipal. -----

REALIZAÇÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORMA PRESENCIAL E À DISTÂNCIA -----

Interveio o Senhor Luís Silva do Ó, eleito do PS, referindo que a experiência da realização da Sessão da Assembleia Municipal no formato misto, presencial e à distância, era positiva. Acrescentou que se disponibilizava para colaborar com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e com a equipa técnica da Autarquia, para melhorar alguns constrangimentos registados nesta primeira experiência, pequenos pormenores que considerava normais, mas que podem ser melhorados.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em **Minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em Ata.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, às vinte e três horas e trinta e sete minutos.-----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

